

### **O novo Trabalhismo – João Goulart e a greve dos marítimos de 1953.**

Márcio André Sukman

A greve dos marítimos ocorrida em junho de 1953 é analisada pela historiografia como um episódio de extrema importância e divisor de águas durante o segundo governo Vargas. Tal leitura, no entanto, não se deve apenas ao fato do movimento ter paralisado a comunicação por via marítima, interrompendo a atividade em diversos portos pelo país, desde Rio Grande até Belém do Pará, o que poderia deixar regiões como a Amazônia - mais dependente desse tipo de transporte – desabastecida. A greve fazia parte de um conjunto de grandes greves iniciadas no ano de 1953, as quais buscavam, grosso modo, reajustes salariais e o fim da carestia e teria causado a queda do ministro do Trabalho, Segadas Viana, com a nomeação de João Goulart em seu lugar.

Em realidade, considero ser a famosa “greve dos trezentos mil”, ocorrida em São Paulo, no mês de março de 1953, como a verdadeira “pá de cal” da gestão de Viana. Atribuída como o grande símbolo do retorno dos comunistas à atividade sindical oficial, após cerca de 5 anos de afastamento, simbolizou que a política empreendida pelo então ministro do trabalho não alcançaria os resultados almejados pela administração Vargas, sobretudo a partir dessas novas condições. A postura legalista e anticomunista ferrenha<sup>1</sup>, que se concretizava em medidas ambíguas de cooptação, controle e repressão, gerava cada vez mais insatisfação dentro do PTB e principalmente por parte dos sindicatos. Seu maior retrato é a matéria contida no jornal *Última Hora*, com o noticiário a respeito das comemorações do Dia do Trabalho, em 1º. de maio de 1953, celebrado em Volta Redonda:

“...o sr. Nelson Rustici, em nome dos trabalhadores de São Paulo, dirigiu-se ao Chefe do Governo. Fez graves acusações ao Ministério do Trabalho, desde seu titular ao delegado regional daquele estado. Disse que se outra tivesse sido a atuação das autoridades ministeriais, a greve não ocorreria.”<sup>ii</sup>

Nesse sentido, a nomeação de Goulart, em meio à greve dos marítimos, pode ser compreendida não apenas como uma necessidade para a solução de um conflito, mas, sobretudo, uma bela plataforma para seu lançamento como um líder de projeção nacional. Sua presença dentro do processo de reforma ministerial - denominado “Ministério da Sucessão” - é motivo de grande polêmica historiográfica, quanto à redefinição de rumos do governo Vargas. Segundo a historiadora mineira Lucília de Almeida Neves<sup>iii</sup>, figuram de um lado as interpretações de Thomas Skidmore e Kenneth Erikson, as quais creditam a reforma a uma guinada à esquerda de Vargas, buscando uma aproximação com as classes operárias, enquanto de outro, Maria Celina D’Araújo não enxerga qualquer marco nessa mudança, em razão de não ocorrer qualquer mudança quantitativa ou qualitativa no tocante ao número ou a orientação política dos ministros, respectivamente. Em sua opinião, se de fato persistiu o espírito conciliador do gabinete anterior, o lado da mudança seria mais significativo, o que se depreenderia tanto pela reativação do movimento sindical quanto ao predomínio dentro do PTB de uma nova ala reformista.

Corroboramos da opinião de Lucília Neves acerca da importância das mudanças durante a reforma ministerial. Contudo, entendemos ter ocorrido o grande marco, durante o segundo governo Vargas, na eleição de João Goulart para a presidência do Partido Trabalhista Brasileiro em 1952. Nela, Getúlio Vargas, aproveitando-se do grande peso de sua figura dentro da agremiação, impôs com “mão de ferro” o candidato com o fim de acabar com as divergências, não conseguidas por meio dos dois presidentes anteriores, Danton Coelho e Dinarte Dornelles. Tal postura buscava traçar uma nova diretriz para o

partido com vistas a torná-lo um elemento fundamental, junto da estrutura do Estado e sindical, no projeto trabalhista. Isso possibilitaria a ampliação do diálogo com os trabalhadores, consolidando uma base de sustentação política e eleitoral. Sua ambição era, enfim, adequar o Trabalhismo, herdado do Estado Novo, aos novos tempos democráticos.

Mesmo com a crença de vários membros do próprio partido e da grande imprensa, ao considerá-lo como um presidente fraco e, portanto, passível de manipulação, a política empreendida por Goulart teve bastante eficácia. Baseado no apoio getulista, no plano interno fortaleceu e desenvolveu a máquina partidária. Isso adviria da redução do conflito interno conseguido por meio do fortalecimento das direções partidárias locais, de maior liberdade da bancada do congresso e principalmente de uma maior centralização e concentração de poderes no Diretório Nacional, controlado por seus aliados. No plano externo, segundo Maria Celina D'Araújo<sup>iv</sup>, foi traçada uma aproximação do partido com o movimento sindical e realizadas alianças com os comunistas, onde estes eram mais fortes, ao mesmo tempo em que Jango percorria o país por meio de caravanas.

De um político desconhecido a um líder de alcance nacional, Goulart estava pronto para ser nomeado ministro do Trabalho, pois de fato já exercia a função de intermediário entre o governo e os trabalhadores, ao ser escolhido por Vargas como seu negociador em diversas greves. Isso se repetiu no dia 10 de junho de 1953, quando recebeu, em nome do presidente da República, a comissão de greve, representante de diversas categorias pertencentes aos marítimos. Apelavam seus membros ao chefe de Governo para intervir na crise, com o fim de atendimento das suas pretensões, sob pena de deflagração da greve no dia 16 do mês corrente. As reivindicações formuladas pelas várias categorias abrangiam um rol de questões de natureza econômica, como reajustes salariais; de natureza política e sindical, como o estabelecimento de privilégios para a marinha mercante nacional e a intervenção na Federação dos marítimos; por transformações das

condições de trabalho como o cumprimento da jornada de 8 horas e melhoria da alimentação.

A realização dessa reunião foi recebida como uma conquista da classe trabalhadora marítima, uma vez que o governo, maior empregador dos trabalhadores dessas categorias, como proprietário da Companhia Lloyd Brasileiro e da Companhia Costeira de Navegação, recebia e ouvia as pretensões dos grevistas. Ademais, marcava a obtenção da primeira vitória do movimento paredista, com o reconhecimento por parte do governo da comissão de greve. Isso contrariava as determinações do ministro do Trabalho, Segadas Viana, o qual limitava-se a negociar com o presidente da Federação dos marítimos - cuja legitimidade era questionada por grande parte dos membros de sua categoria - e a acenar com medidas de cunho repressivo. De fato, essa reunião sinalizava uma importante transformação das relações mantidas entre o Estado e os trabalhadores, seguindo a mudança já ocorrida dentro do Partido Trabalhista Brasileiro.

Desautorizado por Vargas, não restava outra alternativa a Segadas Viana senão entregar o cargo de ministro, assumido interinamente por Hugo de Faria, diretor do Departamento Nacional do Trabalho, até a posse de Goulart. Segundo o funcionário do Ministério do Trabalho, durante toda a crise da greve, era sua a responsabilidade pelo transcurso das negociações junto à sede do Palácio do Trabalho. Goulart, já nomeado ministro, adotava, em face dos trabalhadores, uma postura informal recebendo os grevistas, à noite, no hotel Regente, onde residia no Rio de Janeiro. Esse estilo de negociação causou um certo desagrado aos grevistas e seria estigmatizado por seus opositores como “conversas ao ouvido”. Essa atitude, no entanto, à primeira vista sinal de ausência e relaxamento, encobria seus esforços direcionados ao entendimento com o setor patronal e também voltados ao Palácio do Catete, onde “pelejava”, com o presidente da República e em face de outros ministros, a liberação de verbas públicas para o atendimento das reivindicações dos grevistas.

Em 19 de junho de 1953 Goulart enviava carta a Getúlio Vargas, cujo teor tratava do prejuízo e dos graves danos a serem causados pela greve dos marítimos à economia do país em caso de continuação do movimento. Reconhecendo a legalidade e a legitimidade das reivindicações apresentadas, recomendava ao presidente a atitude de determinar a disponibilização de recursos financeiros para seu cumprimento. De outro lado se posicionava Osvaldo Aranha, recém empossado na pasta da Fazenda, cujo ponto principal de sua política econômica firmava-se no compromisso da resolução do processo inflacionário, não conseguido pelo ministro anterior Horácio Lafer. Para tanto, em suas próprias palavras, seria “imperioso comprimir os gastos dos governos federal, municipais e estaduais, baixar o ritmo das obras públicas, diminuir prudentemente a velocidade do ritmo industrial...”.<sup>v</sup>

Dessa queda de braço, travada nos gabinetes ministeriais, foi vitoriosa a proposta do ministro do Trabalho. Em 24 de junho de 1953, o ministro da Fazenda, sob determinação do presidente da República, autorizava o Banco do Brasil S.A a fornecer os recursos para o cumprimento das reivindicações dos grevistas. Restava, mais uma vez, evidenciada a mudança de rumos empreendida por Vargas, o qual concedia reajustes salariais em detrimento de uma política de estabilização monetária. Era parte de um projeto de reaproximação com os trabalhadores, visando consagrar Goulart, vitorioso nos embates, dentro do PTB, com Segadas Viana e agora com Aranha, como o seu maior representante.

No dia seguinte, com boa parte das reivindicações, efetuadas pelos grevistas, atendidas em razão do compromisso assumido pelo governo, Hugo de Faria conseguia fechar o acordo para por fim a greve. O chefe do Departamento Nacional do Trabalho conta que teria lembrado as partes envolvidas da necessidade do fechamento do acordo naquela noite, décimo dia da greve sob pena da controvérsia passar para a seara da Justiça do Trabalho.<sup>vi</sup> Desse pacto, a grande vitória coube aos trabalhadores, os quais

tiveram atendidas grande parte de suas reivindicações a partir da grande mobilização organizada. Ao lado deles estava também João Goulart, que ao assumir o encerramento dos trabalhos de negociação, celebrava o fim do movimento como uma grande conquista pessoal, conforme bem retratou o jornal *Última Hora* em sua capa do dia 26 de junho de 1953, sob o título “A vitória de Jango”.

---

<sup>i</sup> O culto a legalidade e o anticomunismo ferrenho restam muito claro na personalidade de Segadas Viana, como se verifica nas próprias publicações da época e em VIANNA, José de Segadas. José de Segadas Vianna (depoimento, 1983). Rio de Janeiro FGV/CPDOC – História Oral, 1987. 446p. dat.

<sup>ii</sup> *Última Hora* - Rio de Janeiro, 19.05.52.

<sup>iii</sup> Para uma melhor compreensão da discussão historiográfica ver, NEVES, Lucília de Almeida. PTB: do getulismo ao reformismo. São Paulo: Marco Zero, 1989.

<sup>iv</sup> D'ARAÚJO, Maria C. O segundo governo Vargas. São Paulo: Ática, 1992.

<sup>v</sup> BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p.373.

<sup>vi</sup> Para um maior esclarecimento do transcurso das negociações ocorridas durante a “greve dos marítimos”, ocorrida em 1953, ver FARIA, Hugo de – Hugo Faria (depoimento – 1983) Rio FGV/CPDOC – História Oral, 1985. 294 pp. dat.